

A CASA: PARA ALÉM DO MORAR UMA RELAÇÃO DE SOCIABILIDADE

*Máira Carvalho Carneiro Silva**

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender a casa em seus múltiplos significados, que se modificaram ao longo do tempo e de acordo com o seu uso cotidiano. O que lhe dá uma importância maior do que a de mero abrigo. Dessa forma a casa passa a ser local de estreitamento de laços de sociabilidade e solidariedade.

Palavras-chave: Casa, relações sociais.

LA MAISON: PLUS QUE UNE HABITATION UNE RELATION DE SOCIABILITÉ

Resume: L'objectif de cet article est comprendre la maison en ses multiples significations, ils ont modifié pour le temp et d'accord avec son usage quotidien. Em ce cas, la maison est plus important que un abri. La maison devient un lieu de étreír la sociabilité et la solidarité.

Mots clés: maison, rapport social.

Introdução

Longe de ser apenas um simples cenário onde se desenrola a vida privada ou uma peculiar junção de "arte e técnica", o projeto habitacional traz em si implicações profundas sobre as pessoas e atividades que vai abrigar. A moradia é elemento da organização social, que ao longo do tempo incorpora significados diversos (CORREIA, 2004, p. 47).

Assim Telma Correia abre o capítulo de seu livro dedicado às formas modernas de habitação. E é assim também que começamos nossa reflexão sobre a casa, que muito mais do que simplesmente fornecer abrigo, cria laços de identidade e pertencimento em seus moradores¹.

Ao longo da história a casa foi ganhando vários significados além da idéia de mero teto – alojamento. Para Lemos (1889) a função básica de uma casa é o abrigo. Intramuros ela é palco das atividades condicionadas pela cultura do seu usuário. Variando de acordo com a cultura, com o clima e com a sua utilidade, encontramos ao longo da história formas diversas de habitação, como os iglus dos esquimós, as ocas indígenas, ou os chalés suíços, só para citar alguns exemplos.

Desenvolvimento

A partir do século XIX e com base no discurso sanitarista a casa foi pensada como espaço sanitário com normas de higiene capazes de garantir

conforto, privacidade e alterar a vida doméstica e dotada de nova racionalidade que modifica seu projeto e uso, separa e classifica funções, como nos informa Correia (2004). Para as moradas dos trabalhadores as recomendações eram as mesmas, acrescentando o baixo custo da obra. Uma boa casa também era responsável pelo aprimoramento da raça. Mais que abrigo, a habitação passou a ser o espaço de formação e moralização do trabalhador, preocupação presente entre políticos, engenheiros e arquitetos nesse momento de transição do trabalho escravo para uma nova lógica, agora capitalista. *“Com base nos fundamentos do urbanismo moderno (...), estes profissionais empenharam-se em projetar a cidade do trabalho”* (CARPINTÉRO, 1997, p. 12).

Para Correia (2004) e Lemos (1989) já no período colonial brasileiro há referências de viajantes que deram à casa o sentido de santuário doméstico, lugar da família, onde ela se realiza e fortalece, apropriado à constituição de um lar, instrumento valioso ao fortalecimento dos laços familiares. A promoção da privacidade associa-se à segmentação e especialização do espaço (lugares diferentes para patrões e empregados – casa grande e senzala – e para trabalho e repouso – lugar de trabalhar é na rua, em casa são repostas as energias).

As atividades exercidas dentro de uma casa variam muito no tempo e no espaço. Com o progresso essas ações tendem a diminuir. Roupas, pães, biscoitos não são mais feitos dentro de casa que ganha cada vez mais ares de lugar de repouso, separado das atividades de trabalho. O que caracteriza uma casa de classes sociais ou culturas diferentes são os critérios de superposição ou distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo espaço. Na casa pobre a quantidade de superposições é muito maior, basta lembrar as casas de apenas um cômodo. Nem sempre essa divisão de funções ocorria de forma plena, pois havia muitos caixeiros e empregados domésticos que moravam com os patrões, ou seja, não havia distinção entre local de repouso e de trabalho. Nas décadas de 1940/50 a ideia de casa como lar foi ganhando prioridade do serviço social.

O habitat moderno, nos dizeres de Correia (2004), foi pensado como a morada da família nuclear, tendo apenas uso residencial e de repouso. Protegida de estranhos e organizadas internamente de modo a obedecer aos preceitos de higiene, privacidade, conforto e economia (inclusive de tempo gasto nas atividades domésticas). Este tipo de imóvel surge da articulação da casa com o urbano, pressupõe uma rede de infra-estrutura com água, esgoto, energia. Havia ainda equipamentos de uso coletivo, como escolas, creches e hospitais e lugar específico de trabalho, indústrias, repartições, etc. A casa (moradia) limita o acesso de estranhos em seu interior e por isso, as grandes salas de visita, recebiam o convidado sem deixá-lo em contato com áreas “menos nobres” como a cozinha, ou íntimas como os quartos. Por esse motivo a partir da segunda metade do século XIX foram pensadas formas para

reordenamento da cozinha e de sua atividade. Essa discussão teve primazia nos EUA pelo avanço da indústria de equipamentos domésticos e a capacidade financeira das famílias em adotar as inovações. No Brasil na década de 40 havia a expectativa de levar ao pobre este conceito de habitat.

Como propriedade a casa é utilizada como medidor da situação de seu dono, símbolo de poder e status. Desde o século XIX que a responsabilidade da posse de um imóvel era vista como antídoto contra inquietações, revoltas e desmoralizações. Como registrado por Eva Blay (1985), no Brasil há diversos casos de patrões que venderam casas para seus empregados, mesmo acreditando nos benefícios que poderia trazer a casa própria, os patrões e os investidores nunca abriram mão de garantir seus lucros. Para os operários esta nunca foi uma grande pretensão. Suas lutas referiam-se sobretudo ao aluguel. Influenciados por anarquistas e socialistas lutavam contra o aumento dos aluguéis e os despejos. De acordo com Carpintéro

para os setores dominantes, a casa própria significava o elemento eficaz para a moralização e controle do trabalhador urbano. Já para os operários, ela representava uma questão de necessidade, sobretudo, de luta pelo direito de sobrevivência na cidade (CARPINTÉRO, 1997, p. 15).

Mais identificado com o estilo de vida burguês e utilizando a expressão de Walter Benjamin, a casa também ganha sentido como estojó do homem privado. A ascensão do individualismo no século XIX reforça o sentido da casa como expressão particular. O sujeito busca dar a cada canto da casa seu toque pessoal, seja em seu interior ou no exterior. O interior repleto de objetos já é prenunciado pelo exterior com sua profusão de elementos, pilastras, colunas, gradis, estátuas. Esses elementos, mais do que revelar uma época, falam-nos sobre os indivíduos que os utilizaram e viveram naquelas casas.

Integrada à ideia do habitat moderno do século XIX e formulada pelos arquitetos integrantes do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) está o modelo da máquina de morar. Além das noções antes existentes associa-se à produção em série dos componentes da construção (standardização), nova elaboração estética e estudo das dimensões mínimas. No esforço de baratear a casa os adornos externos foram amplamente simplificados, o que também foi influenciado pela arquitetura moderna com seu discurso social de construir para maioria e esteticamente eliminar tudo o que fosse desnecessário.

Faz parte desse momento o repensar das medidas mínimas para uma habitação popular, diminuindo alturas de pé-direito e evitando áreas muito espaçosas, como explicitado por Correia (2004) em seu livro. À noção de habitação mínima não foi logo incorporada aos projetos de apartamentos, que a princípio eram considerados inseguros, insalubres e sem privacidade.

Segundo Freitas (2005) esta modalidade era associada pejorativamente aos cortiços – que evocavam o medo das pestes e da contaminação e que fundamentou a prevenção contra as habitações coletivas. Tal posicionamento manteve-se até a década de 1940 mesmo quando apartamentos eram oferecidos para a classe média. Para tentar romper este preconceito e fazer com que fossem mais aceitos era imperioso conferir exclusividade e luxo àqueles que se dispusessem a migrar dos palacetes para os apartamentos, já que eram incontornavelmente um gênero de moradia coletiva, aspecto nauseante para as elites, que condenavam os cortiços, estalagens e casas de cômodos (*Apud.* SEVCENKO, 1998, p. 191), tanto assim que os primeiros edifícios foram construídos para os mais ricos.

Acompanhando a classificação feita por Correia (2004) resta falar da concepção contemporânea de casa como lugar de consumo, que emergiu em meados do século XX, embora existam especificidades e variações (do sentido da habitação) em cada estrato social. As restrições ao uso do espaço público, consequência principalmente da violência, fazem com que a vida se volte para dentro de casa, onde se descansa, se trabalha, se diverte e se consome. A quantidade cada vez maior de utensílios de cozinha acena para a casa como consumo, favorecida também por aparelhos eletro eletrônicos como DVD, televisão, vídeo-game e o computador, capazes de conciliar formas baratas de diversão com moradias pequenas. Tudo isso para determinado setor da população não é novidade se lembrarmos dos saraus em torno do piano e dos bailes nas fazendas.

Acompanhamos a materialização dessas preocupações e desses significados atribuídos a casa, ao longo do tempo, através da elaboração de fachadas, nas disposições dos cômodos, em sua utilização e valorização social.

Assim como a fachada tinha por objetivo identificar seu morador ou falsear o tipo de habitação que encobria² e compor harmonicamente o cenário urbano, a organização interna da casa igualmente refletia certas preocupações, como a privacidade e a intimidade do lar. Dessa forma, concordamos com Reis Filho (1987) quando diz que, a frente das casas e os cômodos mais próximos a ela e que podiam ser admirados pelas visitas eram os mais valorizados. As partes laterais e superiores eram reservadas à intimidade da família. Os fundos e a lateral, como as áreas de serviço, eram os verdadeiros desprestígios, ainda reflexo da escravidão. As áreas de serviço, ora lugar dos escravos, agora dos empregados domésticos, continuava a ser desvalorizada no interior das casas como forma de manter também internamente a segregação aplicada nas ruas.

As salas da frente mantinham as aparências e escondiam a “vergonha” das cozinhas e tanques, lugar reservado ao trabalho e ainda lembrando à escravidão, continua Reis Filho (1987). Corroborando a argumentação Rolnik (1997) diz que, a abertura das salas de visitas redefinía o espaço social das elites. Se a rua misturava grupos, a sala de visitas selecionava a mistura

permitida, além de se compor como cartão de visitas daquela casa e de seu proprietário. Só o descaso arquitetônico permitiria que um visitante visse um tanque ou uma horta. Tudo isso deveria ficar escondido. A segregação aplicada nas ruas, buscando afastar cada vez mais o trabalhador do centro da cidade (sua “sala de visitas”), tinha sua aplicação dentro da casa burguesa. Claro que esta valorização dos espaços da casa e a rígida definição dos mesmos não foi realidade para toda a população.

A preocupação com a moral permeava as discussões sobre a moradia e para tentar resolver a questão os técnicos chegaram até mesmo a indicar a distribuição interna das casas populares. Para eles a sala era o local da reunião da família depois do trabalho. Ao lado, a cozinha de forma a aproximar a mulher do controle da casa. Os dormitórios mereciam atenção por ser lugar fechado e de espaço privado. O quintal era onde se lavava roupa e os filhos brincavam, sendo uma alternativa à rua. *“Satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não precisava procurar esquecimento na bebida e no jogo”* (CARPINTÉRO, 1997, p. 134).

Mesmo com o fantasma dos cortiços e casas de pensão, foi crescente o número de construções organizadas coletivamente. Isso implicava na relação de privacidade tanto preservada pela elite, como vista acima, e necessária à separação entre pobres e ricos. O processo de exclusão e, ao mesmo tempo, sua não completa efetivação, levou a outra mudança significativa. Como apontado por Richard Sennet e citado por Matos, *“os espaços públicos começaram a corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza”* (Apud. SOLLER; MATOS, 2000, p. 149).

Os limites entre público e privado foram historicamente construídos para reelaborar a separação entre lugar da produção e da reprodução, lugar da mulher e do homem, a vida privada da família e a vida do resto da sociedade. Por isso, a circulação no espaço público era restrita. A princípio era lugar dos escravos, mas mesmo no pós-abolição não foi de imediato que as mulheres ganharam o espaço da rua. Segundo Perrot (2001) as francesas pobres do século XIX circulavam pelas ruas como faxineiras, lavadeiras, entregadoras ou pequenas comerciantes, devido ao espaço exíguo das casas e de sua precariedade. O exterior passava a ser mais importante para as donas de casa, pois era onde buscavam água, lenha, etc, ao contrário das mulheres da burguesia que tinham seu espaço limitado por regras sociais mais rígidas, assim como no Brasil, onde também essas atividades cabiam às mulheres pobres, que por isso freqüentavam mais a rua. Antes das reformas urbanas que ordenaram a cidade, os espaços públicos e privados eram pouco dissociados, ainda influenciados pela tradição rural.

De acordo com Rolnik (1997) o espaço público, lugar da escravaria e da libertinagem foi redimido na virada do século pela iluminação, a harmonia dos desenhos das fachadas e a definição de quem poderia circular por entre as ruas

(já que os indesejáveis haviam sido, de certa forma, excluídos). E mais, foi definido qual era o tempo da rua, quais atividades poderiam ser ali exercidas e em qual momento³.

Assim entende-se o sonho da elite em prezar por sua privacidade, que foi oferecida aos operários de forma camuflada por meio das vilas e avenidas, em oposição aos cortiços. Segundo Vale (1996) aos mais pobres esta privacidade foi mascarada, pois as construções de vilas e avenidas e, mesmo em alguns casos, das casas geminadas duas a duas, não garantiam intimidade e privacidade. Ouvia-se o que se passava no cômodo ao lado, sabia-se o que acontecia na casa ao lado, da rua era possível enxergar o lado de dentro das casas. A convivência era forçada, não havia alternativa. Era só a porta que permitia certo desligamento do mundo exterior.

As muitas janelas voltadas para rua, sem recuo, favoreciam a falta de privacidade, mas, ao mesmo tempo, o intercâmbio social, nem sempre havendo a preocupação com o isolamento. De acordo com Perrot (2001) o interior das casas era um lugar de reunião temporária, pois viviam mais do lado de fora, nos corredores, patamares, escadas e pátios e, em especial, na cidade. A utilização “confusa” da casa também acontecia dentro das famílias imigrantes, pois a rua e o espaço doméstico eram lugares de produção, colidindo com a ideia de lar, destinado à família nuclear só para comer e dormir. Para complementar a renda as mulheres faziam quitutes, bordados e costuravam, além de alugarem parte da casa.

Assim, o que genericamente se considerava ‘promiscuidade’ abrangia uma multiplicidade de agenciamentos familiares, de redes de compadrio, de estratégias produtivas, de arrimos de sobrevivência e astúcia ao potencializar a utilização do espaço ao máximo (ROLNIK, 1997, p. 79-80).

O que era contrário ao ideal burguês de moradia e a especialização do tempo e do espaço, que segundo Rolnik (1997) pode ser dividido em, tempo do lar, no interior da casa unifamiliar; tempo do trabalho, na fábrica, no escritório, na loja; tempo de movimentação, nas ruas; tempo do lazer, nos cafés, cabarés, bares.

Mesmo nos cortiços, condenados pelos higienistas, pela elite e pela imprensa “*seus moradores desenvolveram uma forte coesão interna, cuja maior expressão era o fato de a polícia não conseguir entrar no local ou, quando entrava, nunca encontrava ninguém*” (BONDUKI, 1998, p. 55-60), ao se referir a um grande cortiço no Bexiga, só demolido em 1948. Continua o autor dizendo que nas vielas de circulação das vilas e cortiços criava-se um espaço semi-público, onde crianças brincavam, lavava-se e secava-se roupas, faziam rodas de cantoria e bate papo e as festas de São João. As casas de reduzido tamanho e muitas vezes a identidade étnica dos moradores afirmavam a sociabilidade

neste tipo de espaço público.

Para Lemos (1989) as atividades exercidas dentro de uma casa variam no tempo e no espaço. Com o desenvolvimento industrial a sobreposição de funções tende a diminuir, pois não se trabalha mais em casa, a produção sai do âmbito familiar. Como já foi dito, o que diferencia uma casa de classes sociais ou culturais diferentes são os critérios de sobreposição ou distribuição das atividades dentro da moradia. Nas casas mais pobres a quantidade de sobreposições é bem maior. A casa popular de modo geral contém a sobreposição entre lazer, estar e serviço, enquanto que a classe média aburguesada, a partir do pós segunda guerra, têm no “sofá-cama” a síntese das funções de sua residência, estar e lazer coabitado ao dormir. O que para a burguesia do início do século XX era o horror da coabitação e da sobreposição de funções, hoje é uma realidade aceita sem questionamentos, materializada nos minúsculos apartamentos.

João do Rio em uma de suas crônicas descreve a casa de um operário desempregado:

empurrou a porta, acendendo uma candeia. Eu vi, então isso: um espaço de teto baixo, separados por uma cortina de saco. Por trás dessa parede de estopa, uma velha cama, onde dormiam várias damas. (...) Para cá da estopa, uma espécie de sala com algumas figurinhas na parede, o estandarte do clube, o vexilo das Violetas embrulhado em papel, uma pequena mesa, três homens moços roncando sobre a esteira fria ao lado de dois cães, e numa rede, tossindo e escarrando (...) um mulato esquelético, que parecia tísico (SEVCENKO, 1998, p. 542).

A casa visitada por João do Rio é exemplar no que diz respeito a coabitação, falta de privacidade versus espaços específicos para cada uma das atividades domésticas. A separação de cômodos feita de saco, pessoas dormindo em todos os cantos, junto com cães e na “sala”, ao lado da mesa. *“Essa retração do espaço privado não se dava apenas pela promiscuidade a que a política urbana compelia os grupos carentes, mas sobretudo pelo modo como os expunha à intromissão abrupta e ameaçadora da autoridade a qualquer hora e em qualquer lugar”* (SEVCENKO, 1998, p. 544). A privacidade para essas pessoas era uma espécie de fantasia, o privilégio de pertencer ao mundo secreto que mantém as aparências das conveniências oficiais. No trabalho de Chalhoub (2001) a coabitação aparece como oportunidade de troca de parceiros e por isso motivo de ciúmes e de diversos crimes justificados por um suposto amante, ou cometidos por homens que não aceitaram ser trocados.

Este ideal de privacidade e individualidade talvez tenha sido muito mais um desejo da elite, oferecido aos mais pobres, porém, que não o desejavam com a mesma intensidade. Afinal, os laços de sociabilidade e solidariedade eram construídos e reafirmados, justamente, por este contato forçado entre os

vizinhos. *"Na janela, sempre ladeada por assentos (as conversadeiras), sentavam-se as mulheres, à luz natural, para costurar, bordar, tricotar, descascar os legumes e conversar com as vizinhas"* (MATOS, 2002, p. 45).

Ao falar dos bairros tipicamente operários da capital paulista, como Brás, Móoca, Cambuci, Barra Funda, Bexiga e outros, Marins apresenta esse rompimento entre público e privado como fomentador de solidariedades

Alinhadas diretamente com as calçadas, as habitações populares formaram a paisagem marcante dos bairros de imigrantes, em cujas janelas debruçadas sobre as ruas rompia-se a desejada diferenciação espacial das elites empenhadas em discernir fronteiras entre espaços públicos e privados. De espaço previsto para a circulação viária, os logradouros, com escasso movimento automotivo, transformavam-se em extensão das pequenas salas de estar, e rodas de cadeiras espalhavam-se pelas calçadas, metamorfoseando a sociabilidade dos vilarejos rurais europeus. As músicas, o vozerio alto e acalorado rompiam os tênues limites de paredes e vidraças, fundindo experiências – e fomentando solidariedades (SEVCENKO, 1998, p. 173).

Estas mesmas relações podem ser percebidas na reportagem do jornal Tribuna de Minas, de Juiz de Fora. A moradora de uma das vilas, ainda existentes na cidade, disse ao jornal: *"Aqui há muita solidariedade. Quando a minha panela de pressão explodiu, todos vieram me socorrer."* Outro morador, este da Vila Mascarenhas (de uma antiga Fábrica de Tecidos), reforça estas impressões ao dizer: *"Trabalhei 53 anos de minha vida. Hoje, viúvo, moro sozinho nessa casa e minhas distrações são os vizinhos e as viagens para ver meus filhos"*⁴.

No entanto, não são todos os autores que concordam com esta perspectiva. Blay (1985), por exemplo, acredita que a tão falada solidariedade é na verdade uma forma de escamoteamento das dificuldades financeiras. Em seu trabalho percebeu que várias famílias alugavam parte da casa para parentes e alegavam solidariedade e ajuda mútua, mistificando essas relações sociais. Integração entre os moradores, festas e ajuda não foram observadas naquele momento e a autora suspeita que também no passado elas não existiram.

Conclusão

Independente das diversas abordagens sobre as relações de sociabilidade, cabe aqui apontá-las como uma possibilidade de resolução de problemas ou apenas de amenização das dificuldades passadas por estes grupos sociais.

Entender as múltiplas concepções de moradias é importante para que os discursos elaborados por políticos, engenheiros, higienistas e operários

possam ser compreendidos em todas suas possibilidades e não pareçam desvarios de uma elite sempre disposta a dominar. A casa, seja ela alugada ou própria, vai ganhando importância à medida que o século XX se aproxima e o urbanismo ganha para si a missão de pôr ordem na cidade modernizada. Nos dizeres de Michelle Perrot:

É claro que os fatores propriamente urbanos não são os únicos. As transformações demográficas, o fim das migrações temporárias, a instalação e o enraizamento, assim como a evolução familiar ou o mimetismo sócio-cultural, empurram para o interior. Mulheres com suas máquinas de costura, estudantes com seus deveres precisam de uma mesa, um canto e – por que não? – um quarto para si. Um dos temas da Exposição Mundial de 1889 não é a história da “casa através dos tempos”? Das cavernas pré-históricas aos tipos-modelos de casas para operários, todos são convidados a seguir o pressuposto da vida privada como uma das conquistas da Humanidade. Progressivamente constrói-se a imagem da home como signo e condição indispensável da felicidade – uma lareira e um coração (PERROT, 2001, p. 124).

Percebemos ao longo do texto que a casa possui diversos significados, que se modificam ou se sobrepõem ao longo do tempo. É o uso cotidiano que dá sentido e significado ao espaço da casa, mesmo que sua concepção inicial tenha sido pensada de uma outra forma.

A casa em seu uso ganha o aspecto pessoal do seu dono. Ao mesmo tempo em que o insere em uma rede de sociabilidade e solidariedade fortalecida pela convivência muito próxima com seus vizinhos. Vimos que as definições de público e privado almejadas pela elite não foram vivenciadas pelos operários, porém, mesmo com todas as dificuldades em conseguir morar de forma “descendente e saudável” alguma vantagem havia nessa convivência forçada entre vizinhos tão próximos, de acordo com a narrativa de alguns moradores.

Notas

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e atualmente professora de Ensino Fundamental II na rede privada. E-mail: mairaccarneiro@yahoo.com.br.

¹ O presente artigo é baseado nos capítulos 1 e 4 da dissertação de mestrado intitulada **Lugar de trabalhador é na área de serviço**. UFJF, 2008.

² Dizemos que a fachada falseava a habitação, pois em nosso trabalho de mestrado (SILVA, 2008) verificou-se que muitas vilas operárias e mesmo cortiços apropriavam-se de elementos elaborados em suas fachadas no intuito de esconder a destinação daquelas habitações.

³ Por mais que esta divisão não tenha sido rígida, não deixou de se caracterizar como empecilho para as atividades populares, naquele primeiro momento.

⁴ Vilas: Condomínios à moda antiga. **Jornal Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 24 out. 2004. Loc. cit.

Referências

BLAY, Eva. **Eu não tenho onde morar**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil-1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

FREITAS, Maria Luiza de. **O "Lar conveniente": os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931)**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Carlos.

LEMOS, Carlos A. C.. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

MATOS, Maria Izilda S. de. São Paulo: Entre as Paredes e na Cidade. In: SOLLER, Maria A. MATOS, Maria I. S. (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. **Lugar de trabalhador é na área de serviço: Moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

VALE, Vanda Arantes do. Juiz de Fora-“Manchester Mineira”. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS BRASILIANISTAS, Cambridge, Inglaterra, 1996.

Vilas: Condomínios à moda antiga. **Jornal Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 24 out. 2004.

Recebido em: fevereiro de 2010.

Aprovado em: agosto de 2010.